

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio-SP. Ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp)

Caminho alternativo para negociar o tarifaço

Nas conversas que tenho mantido com empresários e, principalmente, com professores universitários de direito e economia, há um consenso de que o presidente Lula perdeu as condições de negociar o “tarifaço” com o presidente Trump, como fizeram outros países.

A essa altura, parece que o melhor caminho é a sociedade brasileira encontrar uma solução, pois o presidente Lula acredita estar crescendo politicamente por “defender a soberania brasileira”. Ora, no caso do Brasil, soluções para reduzir os efeitos negativos do “tarifaço” devem ser negociadas, segmento por segmento, com empresários americanos que têm acesso à Casa Branca.

Essa ação se faz necessária, já que a política do governo de “dobrar a aposta” de forma permanente está trazendo sérios problemas para todos.

Em outras palavras, o povo, a sociedade, empresas, economistas e professores universitários precisam abrir um caminho fora da esfera do poder público para conseguir mitigar os efeitos negativos sobre a economia brasileira. É preciso defender o bem-estar do povo, os empregos, combater

a inflação e permitir o desenvolvimento.

A impressão que tenho é de que, desse modo, algo será conquistado. Há setores que estão melhorando. Percebe-se que a indústria de carne e café são capazes de conseguir redução das tarifas. Outras empresas e setores já conseguiram o mesmo, o que serve de precedente. Além disso, a redução de tarifas também afeta a economia americana, o que pode facilitar um acordo.

É certo que a estratégia do presidente Trump de criar uma tarifa para depois acordar sua diminuição pode ter provocado negociações com todos os países. A ideia não era punir as outras nações, mas sim obrigá-las a reduzir suas tarifas.

No nosso caso, porém, a intenção pareceu ser a de punir. Temos uma das mais altas tarifas alfandegárias do mundo, superando inclusive, a Índia. Em última análise, o Brasil é uma nação que impõe muitos tributos, mas não quer que os mesmos lhe sejam impostos.

A solução deve, portanto, vir do setor privado, do povo e da sociedade. Isso porque o governo perdeu as condições de diálogo com a sua política de “dobrar a aposta”.

Estou convencido de que, apesar do momento complicado que enfrentamos,

teremos que manter os juros em um patamar elevadíssimo; em 10% ao ano, em termos reais. E temos esse juro real elevado porque não se confia que o Brasil, com o endividamento que segue crescendo no governo do presidente Lula, terá condições de pagar a dívida. Juro real é o ganho que, de fato, se obtém sobre a aplicação do dinheiro.

Embora a dívida brasileira ainda seja inferior a dos Estados Unidos, a economia deles é a mais forte do mundo. No entanto, a dívida do Brasil é, talvez, a maior entre os países em desenvolvimento.

Ora, se eu tenho dinheiro e não confio em um país, só vou arriscar meu capital se houver juros elevados. Ao dar juros altos, o país amplia a atração de investimentos. Por isso, os juros reais de 10% no nível do sistema financeiro são elevadíssimos, até porque o Brasil, em vez de ser um país de investimento, é um país de especulação.

Os países são divididos em investidores e especulativos. Nós, por exemplo, estamos em terceiro grau em nível especulativo. As pessoas percebem que a má administração da política econômica prejudica o povo, a nação, o desenvolvimento e o crescimento.

O presidente do Banco Central, Gabriel

Galípolo, está realizando uma política econômica de certo modo adequada. Ele é o verdadeiro responsável por segurar a inflação, enquanto o presidente Lula aumenta a pressão sobre ela.

Por isso, parece-me fundamental que os setores privados, com acesso a empresários estadunidenses, que tenham trânsito na Casa Branca, trabalhem intensamente, setor por setor, conforme a necessidade de cada um, para conseguir a redução de tarifas, o que algumas empresas já obtiveram e que outras estão em vias de conseguir. Isso seria bom para o Brasil e aliviaria um pouco a situação.

Não tenho esperança de que o governo Lula mude de atitude, pois parece que ele ganhou alguma aprovação ao “defender a soberania nacional” contra os Estados Unidos, além da divulgação da narrativa dos “pobres contra os ricos” e de que os ricos devem ser punidos pelos pobres.

Fato é que todos os países que negociaram conseguiram baixar as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos. O Brasil é o único que não consegue negociar, pois o discurso político está influenciando diretamente o discurso econômico.

Visão do Direito



Paulo Serra

Especialista em gestão governamental, em políticas públicas e financiamento de infraestrutura, regulação e gestão de parcerias público-privadas (PPPs). Graduado em direito e professor de direito

Lavagem de dinheiro e PCC: o planejamento e a integração institucional no combate ao crime organizado

Um dos grandes desafios do Brasil é conseguir alinhar esforços entre as diferentes esferas de governo — municipal, estadual e federal — em torno de objetivos comuns. Muitas vezes, o que se vê são disputas políticas e partidárias que, em vez de resolver problemas, paralisam o país. É como se a polarização tivesse, de uns tempos para cá, tomado conta do debate, deixando em segundo plano aquilo que realmente importa: resultados concretos para a população.

Porém, quando se consegue deixar de lado as diferenças ideológicas e colocar a gestão à frente da política de confronto, os frutos aparecem. A boa governança, afinal,

não depende apenas de boas intenções, mas, sim, da capacidade de integrar e de somar forças. Essa coordenação é o que transforma ações pontuais em medidas efetivas, capazes de gerar impacto real e duradouro.

Um exemplo claro disso aconteceu há poucos dias, com uma megaoperação contra a lavagem de dinheiro do crime organizado. O trabalho nasceu de investigações conduzidas pelo Ministério Público (MP) de São Paulo, mas não parou por aí. O expediente foi ampliado e fortalecido, graças à integração com a Receita Federal e a Polícia Federal (PF). Essa união de esforços permitiu que a ação ultrapassasse as fronteiras de São Paulo, atingisse outros estados e

desarticulasse uma rede criminosa de alcances nacional e internacional.

Vale destacar que a operação não foi fruto de improviso. Muito pelo contrário: dependeu de planejamento e de integração institucional. O MP entrou com a expertise investigativa, enquanto a Receita Federal contribuiu com inteligência tributária e financeira, seguindo e monitorando o “caminho do dinheiro ilícito”. Já a PF garantiu a execução, com direito à busca, apreensão e mandato de prisão, em vários pontos do Brasil. Em suma: cada instituição cumpriu seu papel, e todas atuaram em sinergia.

Essa soma de competências produziu um resultado que dificilmente seria alcançado se cada uma tivesse agido isoladamente: foram centenas as operações simultâneas em vários municípios, com mais de 1,4 mil agentes de Segurança e de Inteligência nas ruas. Em suma: um ataque pesado ao financiamento e à lavagem de dinheiro, o “branqueamento de capital”.

Esse exemplo oferece lição importante: quando o foco está no bem comum, o Brasil funciona, e funciona melhor! Assim, pouco importa quem foi o “pai” da operação: se foi governador, secretários, ministros, ou o presidente da República. Para o cidadão comum, que muitas vezes se sente preterido em meio a disputas políticas, o importante é o resultado.

Por isso, é preciso insistir na ideia de “mais gestão, menos polarização”. Não se trata de negar as diferenças políticas ou ideológicas, que são parte da Democracia, mas de compreender que, diante de incômodos reais, como a atuação de facções criminosas, a violência, a falta de infraestrutura e as desigualdades sociais (só para citar algumas), não há espaço para disputas estereis. A população cobra soluções, e não discursos.

Se quisermos um país mais forte, justo e seguro, precisamos continuar a trilhar por esta avenida. E isso só será possível quando a política deixar de ser palco de polarização e voltar a ser instrumento de gestão eficiente.